

EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

Editor: Juris Lavrikovs

Para nos contactar: eurolletter@ilga-europe.org

Para receber a *Euro-Letter* [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para eurolletter-subscribe@yahoogroups.com

Números anteriores: Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*, www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter

A ILGA-Europa agradece à Frente de Libertação Lésbica e Gay as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: www.lglf.de

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

Nesta edição:

ILGA-Europa:

- Projecto relativo à exclusão social dos jovens LGBT
- Colocar o sul do Cáucaso no mapa LGBT da Europa
- Luta pela igualdade ganha nova imagem!

Europa:

- ILGA-Europa congratula-se pela resolução do Parlamento Europeu sobre a homofobia
- Responsável do Vaticano critica preocupações da UE sobre a homofobia
- Directiva relativa aos Serviços: Excluem os Serviços Sociais!
- Condenação da pena de morte aplicada a homens homossexuais no Irão
- Spidla fiscaliza adopção de medidas de luta contra a discriminação no domínio do emprego
- Futura resolução sobre discriminação por parte do Comité das Regiões
- ONU nega estatuto consultivo a organizações LGBT

Financiamento:

- Questões relativas à juventude
- Apoiar as ONG nos 10 novos Estados-Membros da UE
- Igualdade de género

Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- Estónia: Comissão Parlamentar de Assuntos Jurídicos não apoia o casamento homossexual
- República Checa: Parlamento aprova lei sobre uniões gays, Klaus não deverá assinar o diploma e rejeita pedidos do Primeiro-Ministro para que o promulgue
- Irlanda: Acordo de Sexta-Feira Santa exige reconhecimento das relações homossexuais
- Finlândia: Governo admite autorizar tratamentos de fertilidade para mulheres solteiras e lésbicas

Notícias breves:

- IGLYO procura membros para as suas equipas coordenadoras nos domínios da transsexualidade, HIV/SIDA e comunicação
- Irlanda do Norte: Autoridade para a Igualdade investiga questões relativas a LGBT
- Convite à apresentação de comunicações: Conferência «Heteronormatividade e Homossexualidades. Investigação baseada no trabalho de Michael Pollak»
- Primeira Conferência sobre SIDA da Europa de Leste e da Ásia Central

ILGA-EUROPA:

Projecto relativo à exclusão social dos jovens LGBT

Por Evelyne Paradis

O projecto conjunto da ILGA-Europa e da IGLYO sobre a exclusão social dos jovens LGBT na Europa está a correr bem! Mais de 200 jovens e organizações responderam já ao questionário que foi distribuído com vista a recolher informação sobre a discriminação junto dos próprios jovens.

Dado que recebemos muitas respostas valiosas, decidimos prolongar a recolha de questionários até alcançar um número mais ou menos representativo de cada país. Esperamos recolher 40 a 50 questionários individuais em cada país, de preferência **até final de Abril**. Isto permitir-nos-ia proceder a uma análise representativa, que ajudaria a ILGA-Europa, a IGLYO e as nossas organizações a fazer o seu trabalho de *lobbying*. Isto é assim porque a análise poderia ser utilizada para demonstrar a necessidade do nosso trabalho!

Uma breve nota: a ILGA-Europa e a IGLYO pretendem preparar um relatório abrangente sobre a Exclusão Social dos Jovens LGBT na Europa, que inclua uma análise da investigação e dos estudos de caso produzidos nos países europeus, reflectindo as experiências de vida dos jovens LGBT europeus em matéria de exclusão social. Isto poderá ajudar as nossas e vossas actividades de *lobbying* e ajudar-nos a consciencializar os responsáveis pela definição das políticas de juventude.

Para mais informações sobre este projecto, visite, por favor, o *website* da ILGA-Europa, http://www.ilga-europe.org/europe/news/questionnaire_for_young_lgbt_europeans

Colocar o sul do Cáucaso no mapa LGBT da Europa

Por Maxim Anmeghichean

As fronteiras europeias estendem-se muito para além das fronteiras da União Europeia, e incluem nações do sul do Cáucaso como a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão. Embora não estejam constantemente sob as atenções da *Euronews* ou da *BBC*, elas são interessantes de todos os pontos de vista, quer pelas bonitas paisagens que oferecem e pela sua cultura, como pelas diversas comunidades LGBT que existem no seio da cultura caucasiana ou pela situação que apresentam em matéria de direitos humanos

De 13 a 30 de Janeiro, a ILGA-Europa e a COC Holanda organizaram uma missão conjunta de investigação ao sul do Cáucaso (Arménia, Geórgia e Azerbaijão). Os objectivos dessa missão eram identificar e documentar as violações dos direitos humanos perpetradas na região contra as pessoas LGBT, inventariar as organizações da sociedade civil e grupos de interesses existentes e identificar o estado da situação no tocante às políticas de prevenção da saúde e do HIV/SIDA. Durante a missão foram realizadas várias reuniões com numerosos defensores dos direitos humanos, pessoas que trabalham no domínio da prevenção da transmissão do HIV/SIDA, políticos e, não menos importantes, membros da própria comunidade LGBT, incluindo os que foram vítimas de violação dos seus direitos humanos. Baseado na informação recolhida, será publicado um relatório no final da Primavera de 2006 que será utilizado no nosso trabalho junto das instituições europeias.

Embora seja prematuro falar sobre as conclusões do relatório antes de ele ser publicado, podemos desde já sublinhar que a vida das pessoas LGBT no sul do Cáucaso está longe de ser fácil. Chantagem sistemática por parte das autoridades policiais, utilização da orientação homossexual contra adversários políticos, forte influência das Igrejas Ortodoxa ou Islâmica, homo, bi e transfobia fortemente implantadas

nas sociedades do sul do Cáucaso, são apenas algumas das situações detectadas. Acompanhe as actualizações no *website* da ILGA-Europa, com um relatório completo nesta Primavera!

Luta pela igualdade ganha nova imagem!

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 12 de Fevereiro de 2006

A ILGA-Europa lança hoje a sua nova identidade visual. Trata-se de mais um passo destinado a fortalecer a posição da ILGA-Europa, a melhorar a nossa estratégia de comunicação e a proporcionar um maior apoio em matéria de *lobbying*, de estabelecimento de contactos e de divulgação de informação às organizações lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT) europeias na sua luta pela igualdade e pela justiça.

Durante o último ano a ILGA-Europa fez progressos significativos no melhoramento das suas comunicações. Um dos passos mais importantes consistiu no lançamento de um novo *website* em Outubro último. O novo *website* proporciona não apenas uma melhor apresentação e visão panorâmica do trabalho da ILGA-Europa, mas cria igualmente novas oportunidades e possibilidades para a ILGA-Europa e para as organizações que a integram no que concerne à troca de informação e conhecimentos e a uma mais eficaz coordenação das campanhas e dos esforços de *lobbying* desenvolvidos.

A nova identidade visual é um passo mais no sentido da actualização e modernização da imagem e da posição da ILGA-Europa como um dos protagonistas no domínio da igualdade e dos direitos humanos na Europa. É também uma oportunidade para representar de forma mais adequada valores da organização como o crescente profissionalismo e dinamismo, bem como a natureza e principal grupo que a integra – as pessoas LGBT da Europa.

Riccardo Gottardi, co-presidente do Conselho Executivo da ILGA-Europa, afirmou:

«Estamos muito satisfeitos com o lançamento da nossa nova identidade visual, que consideramos como mais um passo no sentido de melhorarmos a nossa posição e comunicações. O nosso novo *website* já melhorou significativamente a nossa apresentação e as nossas comunicações e existem mais planos e ideias para posteriores desenvolvimentos e melhorias. Dentro de alguns meses lançaremos uma nova base de dados que irá revolucionar a forma como comunicamos com os nossos membros e a forma como os nossos membros poderão relacionar-se entre si».

«Esperamos que o nosso esforço para utilizar em pleno as maravilhas das tecnologias da comunicação modernas, bem como um *design* mais fresco, mais atraente e mais dinâmico possam permitir às organizações LGBT alcançar maior igualdade e justiça na Europa».

EUROPA:

ILGA-Europa congratula-se pela resolução do Parlamento Europeu sobre a homofobia

Pela ILGA-Europa

No dia 18 de Janeiro de 2005, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a homofobia na Europa por uma significativa maioria: 468 votos a favor, 149 contra e 41 abstenções. Este resultado constitui a mais alargada maioria que se formou nos últimos anos em relação a projectos similares do Parlamento Europeu.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa afirmou:

«A ILGA-Europa está muito satisfeita com a votação ocorrida ontem no Parlamento Europeu, que aprovou a resolução condenando a homofobia na Europa a ser adoptada por uma significativa maioria de eurodeputados».

«Trata-se de um firme sinal do Parlamento Europeu, a única instituição da União Europeia directamente eleita pelos seus cidadãos, de que a maioria dos europeus condena e rejeita a discriminação e a intolerância baseadas na orientação sexual»

«Estamos igualmente muito satisfeitos pelo facto de algumas propostas de alteração, que aludiam aos direitos dos casais de pessoas do mesmo sexo na EU, terem igualmente recebido um significativo apoio.

«Cabe agora à Comissão Europeia considerar seriamente este poderoso mandato que lhe é conferido pelos cidadãos e políticos europeus e responder com propostas concretas destinadas a assegurar que a discriminação fundada na orientação sexual é proibida para além do domínio do emprego. Exortamos a Comissão a alargar as protecções contra a discriminação aos domínios do fornecimento de, e do acesso a, bens e serviços (que já é abrangida pela Directiva sobre Igualdade Racial mas não se estende aos domínios da idade, deficiência e orientação sexual) e para assegurar aos membros de casais de pessoas do mesmo sexo o pleno gozo dos seus direitos em toda a União».

«Notamos e saudamos o facto de a Comissão ter desencadeado acções judiciais contra os Estados-Membros que não procederam à plena transposição ou implementação da Directiva sobre a Igualdade no Emprego. Temos também consciência que a Comissão está actualmente a estudar a possibilidade de alargar as protecções consagradas na Directiva sobre a Igualdade Racial aos demais fundamentos de discriminação».

«Esta resolução, e a maioria significativa que a aprovou, constitui uma clara indicação do consenso em torno da problemática da igualdade e constitui um mandato para que a Comissão apresente propostas para aprovação de legislação mais forte no domínio da não discriminação».

O texto integral da resolução, bem como informação adicional (todas as propostas originais para o texto da resolução, resultados da votação, texto dos debates) estão disponíveis [em inglês] no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/news/ilga_europe_welcomes_european_parliament_s_resolution_on_homophobia_in_europe

O comunicado de imprensa emitido pela ILGA-Europa antes do debate travado no Parlamento Europeu está igualmente disponível no nosso *website*:

http://www.ilgaeurope.org/europe/media/ilga_europe_welcomes_european_parliament_s_debate_on_homophobia_in_europe

Responsável do Vaticano critica preocupações da UE sobre a “homofobia”

Fonte: *Catholic World News*, 23 de Janeiro de 2006,
www.cwnews.com/news/viewstory.cfm?recnum=41987

Roma, 23 de Janeiro (CWNews.com) – O presidente do Conselho Pontifício para a Família reagiu vigorosamente contra uma declaração do Parlamento Europeu exigindo que os Estados-Membros assegurem a igualdade de direitos para os homossexuais.

O Cardeal Alfonso Lopez Trujillo referiu que é absurdo e perigoso sugerir que um governo é “homofóbico” se decide não conferir aos casais homossexuais os mesmos direitos de que gozam os casais heterossexuais casados. A abordagem adoptada pelo Parlamento Europeu, afirmou, «não toma em consideração a forma como o Homem é feito naturalmente».

Nos debates políticos actuais, disse o cardeal, o que está em jogo é «o respeito pela verdade acerca do Homem perante Deus: a sua estrutura psicológica, a sua sexualidade, a complementariedade que existe naturalmente entre o homem e a mulher». Estas realidades, continuou, estão a ser atacadas com base «numa ideologia que procura impor a identidade sexual como um facto que não é natural mas constitui antes algo que uma pessoa pode escolher».

Directiva relativa aos Serviços: Excluem os Serviços Sociais!

Por *Evelyne Paradis*

No dia 16 de Fevereiro o Parlamento Europeu irá pronunciar-se sobre a controversa «Directiva relativa aos Serviços». Esta directiva muito debatida, que se destina a liberalizar o mercado de serviços na Europa, poderá ter enormes implicações para um enorme conjunto de serviços que são fornecidos para satisfação de interesses gerais das sociedades e cidadãos da UE, tal como os serviços sociais e de saúde. Duas comissões parlamentares emitiram relatórios contraditórios a propósito da inclusão dos serviços sociais no âmbito da directiva; a Comissão do Emprego e Assuntos Sociais pronunciou-se no sentido da exclusão dos serviços sociais, enquanto que a Comissão do Mercado Interno é favorável à sua inclusão.

A Plataforma Social lançou uma campanha em toda a Europa para fazer pressão no sentido da exclusão dos serviços sociais de interesse económico geral do âmbito desta Directiva. A Plataforma preparou uma carta exigindo que eles apoiem a isenção dos serviços sociais. Sugerimos que enviem esta carta (disponível no seu *website*: www.socialplatform.org/code/en/camp.asp?Page=309) aos vossos eurodeputados. Ainda estamos a tempo de agir!

Condenação da pena de morte aplicada a homens homossexuais no Irão

Por *Christine Loudes*

No dia 12 de Dezembro, Michael Cashman, Emine Bozkurt e Thijs Berman emitiram uma Declaração a propósito das recentes execuções de homens homossexuais por parte das autoridades iranianas, exigindo que a Comissão Europeia suspenda a conclusão de um Acordo de Comércio de Cooperação até que o Irão garanta que não irá perseguir, condenar ou executar pessoas porque se envolvem, ou envolveram, em actos homossexuais.

A declaração está aberta à assinatura por parte dos eurodeputados até o dia 12 de Março. Deverá contactar os seus eurodeputados e convidá-los a acrescentar as suas assinaturas à lista o mais depressa possível e, de qualquer modo, **antes do dia 12 de Março de 2006**.

Se esta declaração for aprovada, será enviada à Comissão para que tome posição sobre ela.

Muito obrigado por demonstrar o seu apoio às pessoas LGBT no Irão.

Declaração sobre a recente execução de homens homossexuais por parte das Autoridades Iranianas

O Parlamento Europeu,

– Tendo em consideração o artigo 116.º do seu Regimento,

A. Considerando que, recentemente, vários jovens homossexuais do sexo masculino, um dos quais menor, foram executados no Irão,

B. Considerando que alegadamente esses homens foram acusados e condenados pela prática do crime de violação; contudo, que essas acusações poderão ter sido inventadas pelo governo para facilitar as execuções,

C. Considerando que a prática de actos homossexuais é punida com a pena de morte no Irão,

D. Considerando que estas execuções se encontram em total oposição com a posição do Parlamento Europeu contra a pena de morte,

E. Considerando que a execução de um menor constitui uma violação directa das obrigações que recaem sobre o Irão no âmbito do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança,

F. Considerando que o desenvolvimento de capacidades nucleares e a situação em matéria de direitos das mulheres e de direitos humanos em geral no Irão constitui motivo de preocupação,

G. Considerando que as negociações UE-Irão com vista à conclusão de um Acordo de Comércio e Cooperação foram reiniciadas em 12 de Janeiro de 2005,

1. Exorta a Comissão Europeia a suspender a conclusão de um Acordo de Comércio e Cooperação até que o Irão garanta que não irá perseguir judicialmente, condenar ou executar pessoas porque se envolvem, ou envolveram, em actos homossexuais;

2. Determina que o seu Presidente transmita esta declaração, juntamente com os nomes dos signatários, ao Conselho, à Comissão, aos Estados-Membros e ao Governo do Irão.

Spidla fiscaliza adopção de medidas de luta contra a discriminação no domínio do emprego

Por David Cronin, 9 de Fevereiro de 2006,
www.europeanvoice.com

A Comissão Europeia lançou uma investigação para determinar se as leis contra a discriminação estão a ser correctamente implementadas nos 25 Estados-Membros da UE.

Cartas solicitando detalhes sobre as medidas que foram adoptadas para implementação de uma directiva da UE de 2000 sobre a igualdade no domínio do emprego foram recentemente enviadas a todos os governos da União, confirmaram fontes próximas de Vladimir Spidla, o Comissário para o Emprego e para os Assuntos Sociais.

A lei proíbe a discriminação no domínio do emprego com fundamento na raça, origem étnica, religião, orientação sexual ou deficiência.

Spidla afirmou que a Comissão vai iniciar procedimentos legais contra qualquer Governo que não esteja a implementar correctamente a directiva. O prazo limite para transpor a directiva para os ordenamentos jurídicos nacionais era Dezembro de 2003 para os «antigos» 15 Estados-Membros, enquanto que os dez novos membros deveriam tê-la transposto aquando da sua admissão à UE, em Maio de 2004.

A homossexualidade no local de trabalho foi um tópico de controvérsia durante as eleições na Polónia no ano passado. O Partido do Direito e da Justiça, de direita, que obteve o maior bloco individual de assentos na *Sejm*, o Parlamento Nacional, defendeu que os homens homossexuais deveriam ser proibidos de ensinar nas escolas. O líder do partido, Lech Kaczynski, o vencedor da segunda volta das eleições para a presidência da Polónia, ocorrida em Outubro último, tinha proibido uma Marcha do Orgulho Gay enquanto presidente da câmara de Varsóvia apenas alguns meses antes.

No mês passado Spidla anunciou que quaisquer tentativas para despedir professores «apenas com base na sua orientação sexual seria, em princípio, considerado discriminatório à luz da directiva». Esta afirmação surgiu em resposta a uma pergunta de Jonas Sjöstedt, um eurodeputado do Partido da Esquerda, da Suécia.

Sjöstedt afirmou que estava perturbado com os esforços desenvolvidos para proibir as marchas gays e lésbicas na Polónia e na Letónia. Embora a proibição da primeira Marcha do Orgulho Gay de Riga tenha sido revogada por decisão judicial em Julho, o Primeiro-Ministro da Letónia, Aigars Kalvitis, afirmou ser inaceitável que «as minorias sexuais desfilem no coração de Riga, próximo da Igreja Doma».

«Eu consideraria que os direitos dos homossexuais se encontram entre os direitos mais fundamentais», acrescentou Sjöstedt. «Se alguns Estados-Membros não respeitam os direitos fundamentais, então a Comissão deve intervir».

Na Polónia, um professor homossexual de Plock, uma cidade situada a 100 quilómetros a noroeste de Varsóvia, está actualmente a impugnar o seu despedimento.

Robert Bietro, um porta-voz da Campanha Contra a Homofobia na Polónia, afirmou: «nós só temos um caso destes. A realidade é que a homossexualidade é um tabu e que os homossexuais não querem assumir-se porque têm medo de perder os seus empregos. O governo afirma que não existe homofobia no local de trabalho, mas isso é completamente absurdo».

Mas um diplomata polaco insistiu que as autoridades escolares não podiam, de acordo com a legislação nacional, perguntar qual a fé ou a orientação sexual de um professor.

«Foram expressas algumas opiniões sobre estas matérias durante a campanha eleitoral», acrescentou o diplomata. «Mas para ser honesto, ninguém as levou a sério».

Futura resolução sobre discriminação por parte do Comité das Regiões

Por Christine Loudes

O Comité das Regiões da UE está a preparar uma resolução na sequência do relatório do Parlamento Europeu sobre os direitos das minorias e as políticas contra a discriminação numa Europa alargada do ano passado. O documento foi analisado em primeira leitura no dia 12 de Dezembro de 2005. Os relatores são o Sr. Boris Sovic da Eslovénia (PES) e o Sr. Eberhard Sinner da Alemanha (EPP).

O Comité das Regiões está a analisar as boas práticas e os maus exemplos relativos à discriminação, incluindo a fundada na orientação sexual.

As pessoas ou ONG que tenham sido discriminadas pelas autoridades das suas autarquias ou regiões devem enviar informação sobre a situação a christine@ilga-europe.org.

Será apresentado um relatório apoiando futuras alterações à Resolução.

ONU nega estatuto consultivo a organizações LGBT

Fonte: Comunicado de imprensa da ILGA, 25 de Janeiro de 2006

Numa medida sem precedentes, o Conselho Económico e Social rejeitou, na segunda-feira, 23 de Janeiro de 2006, os pedidos da Associação Internacional Lésbica e Gay (ILGA) e da Associação Dinamarquesa de Gays e Lésbicas (LBL) para que lhes fosse concedido estatuto de observadores nas Nações Unidas. Pela primeira vez na sua história, o ECOSOC rejeitou sumariamente o pedido de uma ONG sem que lhe fosse concedida qualquer audiência, como sucedeu com outros requerentes.

«Isto constitui uma clara violação do princípio do processo justo e uma tentativa para discriminar as ONG LGBT com base em razões procedimentais», afirma Rosanna Flamer Caldera, co-secretária geral da ILGA, uma rede mundial de mais de 400 grupos lésbicos, gays, bissexuais e transsexuais.

Tanto a ILGA como a LBL foram obrigadas a submeter-se a um exigente processo com vista à realização de uma audiência com a Comissão das ONG. Contudo, numa medida influenciada pelo Egipto e pela Organização das Conferências Islâmicas (OIC), as duas organizações foram arbitrariamente rejeitadas na sequência de uma proposta conjunta apresentada à Comissão das ONG pelo Irão, pelo Sudão e pelo seu novo aliado, os Estados Unidos. Os Estados Unidos, no passado, votaram a favor da ILGA em 2002. Mas desta vez, a Administração Bush considerou adequado votar juntamente com países que considera párias internacionais em todos os outros contextos, de modo a recusar às pessoas LGBT uma voz na ONU – um direito concedido a qualquer outra categoria de ONG.

A votação para rejeitar liminarmente os requerimentos da ILGA e da LBL foi a seguinte:

Sim: Camarões, China, Cuba, Irão, Paquistão, Federação Russa, Senegal, Sudão, Estados Unidos da América, Zimbabué.

Não: Chile, França, Alemanha, Peru, Roménia; Abstenções: Colómbia, Índia, Turquia. Ausentes: Costa do Marfim.

«Trata-se mais uma vez de uma clara tentativa para silenciar as vozes das pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais nas Nações Unidas», afirma Kursad Kahramanoglu, co-secretário geral da ILGA. «A questão, nós como pessoas, não desapareceremos: continuaremos a exigir que esta acção sem precedentes seja reconsiderada pelo próprio ECOSOC».

A próxima conferência mundial da ILGA, que terá lugar em Genebra (27 de Março – 3 de Abril de 2006), simultaneamente com a reunião da Comissão das Nações Unidas para os Direitos do Homem, será uma ocasião para protestar contra esta injustiça e para assegurar que as táticas dissimuladas do Egipto, Irão e Sudão, bem como outros países conhecidos pela sua horrível prestação em matéria de direitos humanos, não passam despercebidos. A ILGA não permitirá que esta questão seja empurrada para fora da agenda de modo a que esses países possam continuar a perseguir e a discriminar os seus cidadãos LGBT sem prestar contas a ninguém.

A ILGA irá lutar contra este recente contratempo. Irá continuar a defender os direitos das pessoas LGBT em todo o mundo e irá continuar a pedir às Nações Unidas para que tomem em consideração os direitos de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual e da sua identidade de género.

A ILGA gostaria de agradecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, à *Human Rights Watch* e à Amnistia Internacional pelo seu apoio nesta questão, e solicita aos defensores dos direitos humanos de todo o mundo para que lutem por um tratamento não discriminatório de todas as ONG LGBT, que têm tanto direito de estar na ONU como as outras.

Mais informação está disponível no nosso website:

- www.ilga-europe.org/europe/news/un_again_rejects_consultative_status_to_lgbt_organisations
- www.ilgaeurope.org/europe/guide/country_by_country/denmark/u_s_votes_with_iran_cuba_sudan_and_zimbabwe_against_two_gay_groups_at_united_nations

FINANCIAMENTO:

Questões relativas à juventude

Fonte: Comissão Europeia

Financiamento comunitário: Programa JUVENTUDE, Acção 5 – Medidas de Apoio: Convite à apresentação de projectos inovadores de cooperação, formação e informação. O Programa Juventude visa permitir aos jovens adquirir conhecimentos, capacidades e competências e exercer uma cidadania responsável de modo a tornarem-se parte activa da sociedade.

Prazo limite: 1 de Julho de 2006.

Informação adicional: www.enar-eu.org/en/funding/calls/2006-07-01.shtml

Apoiar as ONG nos 10 novos Estados-Membros da UE

Fonte: Comissão Europeia

Segundo ano da acção preparatória para apoiar a sociedade civil nos dez Estados-Membros que aderiram à União Europeia em 1 de Maio de 2004, nos domínios do Estado de Direito, da democracia, dos direitos fundamentais, do pluralismo informativo e da luta contra a corrupção.

Prazo limite: 3 de Março de 2006.

Informação adicional, em inglês, francês e alemão, sobre o tipo de actividades implicadas, as áreas abrangidas, e os critérios de exclusão, elegibilidade, selecção e adjudicação:

http://europa.eu.int/comm/justice_home/funding/support_ngo/funding_support_en.htm

Igualdade de género

Fonte: Comissão Europeia

O tema prioritário para 2006 é a promoção da igualdade de género no desenvolvimento local. Cada proposta deverá ser apresentada por um promotor. O promotor deve ter parceiros em pelo menos 3 países. Os promotores podem ser:

- ONG a nível europeu que reúnam organizações de pelo menos 3 Estados-Membros da UE, países do EEE ou países candidatos à adesão (ONG organizadas a nível nacional não podem candidatar-se).
- Parceiros sociais
- Autoridades regionais ou locais
- Redes trans-nacionais de organização cujo fim seja promover a igualdade de género (constituídas por organizações de pelo menos 3 países europeus).

Prazo limite: 28 de Abril de 2006.

Mais informações:

http://europa.eu.int/comm/employment_social/emplweb/tenders/tenders_en.cfm?id=105

FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

Estónia: Comissão Parlamentar de Assuntos Jurídicos não apoia o casamento homossexual

Por Juris Lavrikovs, 10 de Janeiro de 2006

A Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento da Estónia decidiu não apoiar a legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo.

A Comissão de Assuntos Jurídicos analisou a questão do casamento de pessoas do mesmo sexo em 9 de Janeiro de 2006 e considerou que a actual legislação da Estónia proporciona suficiente protecção aos direitos de lésbicas e gays.

Veino Linde, presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos afirmou que não havia qualquer necessidade de regular as uniões homossexuais. Ele acrescentou que os deputados têm de tomar em consideração as atitudes das pessoas, e que as sondagens de opinião sugerem que os cidadãos da Estónia não apoiam o casamento homossexual.

Tal como anunciado previamente, as organizações LGBT da Estónia emitiram uma declaração pública na última semana exortando os Ministérios da Justiça e dos Assuntos Sociais, bem como as Comissões de Assuntos Constitucionais, Assuntos Jurídicos e Assuntos Sociais, a legalizarem as uniões de pessoas do mesmo sexo na Estónia. Estas organizações exortaram ainda estas instituições a eliminarem a disposição contida na legislação sobre direito da família que impede o reconhecimento de um casamento homossexual concluído fora da Estónia.

O portal noticioso da Estónia *delfi.ee* refere que Veino Linde afirmou ter certeza que o actual Parlamento da Estónia não apoiará esta posição e que pensa que esta questão irá fazer parte do debate pré-eleitoral.

Parlamento Checo aprova lei sobre uniões gays

*Fonte: Associated Press, 26 de Janeiro de 2006,
www.freewmexican.com/news/38509.html#*

A Câmara Alta do Parlamento Checo decidiu, na quinta-feira, reconhecer alguns direitos legais aos casais de pessoas do mesmo sexo.

Quarenta e cinco dos 65 legisladores presentes no Senado, que tem 81 assentos, votaram a favor do diploma e catorze contra. Seis Senadores abstiveram-se.

Se for promulgada pelo presidente Vaclav Klaus, a lei irá permitir que os casais registem as suas uniões junto das autoridades e beneficiem de direitos em matéria de sucessões e de protecção na doença idênticos aos reconhecidos actualmente aos casais heterossexuais unidos pelo matrimónio.

A lei, contudo, não permite o casamento ou a adopção de crianças por companheiros do mesmo sexo.

«É um grande incentivo para nós», disse Jiri Hromada, um conhecido activista gay checo, reagindo à votação.

Hromada disse esperar que o diploma seja promulgado pelo presidente, afirmando que «a lei não é assim tão controversa».

«Estou seguro que o presidente irá ponderar todos os factores quando decidir», afirmou.

No início deste mês representantes de 10 igrejas cristãs na República Checa exortaram o Senado e o presidente a rejeitarem o diploma, avisando que ele irá «enfraquecer a vida familiar e causar o caos em matéria de valores, sobretudo na geração mais nova».

República Checa: Klaus não deverá assinar o diploma sobre uniões homossexuais

Fonte: *Prague Daily Monitor*, 7 de Fevereiro de 2006,
www.praguemonitor.com/ctk/?id=20060207F00137

O presidente Vaclav Klaus irá muito provavelmente vetar a lei sobre uniões registadas que permitiria aos casais de pessoas do mesmo sexo concluírem oficialmente uniões entre si, refere hoje o diário *Lidove noviny*, citando fontes próximas de Klaus.

Se Klaus vetar o diploma o mais provável é que ele acabe por cair no esquecimento, uma vez que será muito difícil conseguir o voto de 101 deputados da Câmara dos Deputados, que tem 200 assentos, para ultrapassar o veto de Klaus, afirma o jornal.

Uma fonte próxima de Klaus disse segunda-feira ao *Lidove noviny* que «está praticamente fora de questão» o presidente promulgar a lei.

Contudo, «está igualmente fora de questão que Klaus não expresse a sua opinião sobre uma lei tão importante», afirmou a mesma fonte.

Alguns defensores do diploma esperam que Klaus opte por não tomar nenhuma posição sobre ele e permita assim que ele entre em vigor sem o seu consentimento expresso.

«Devo dizer que estou espantado que o Conselho Legislativo do Governo e os conselhos legislativos do Parlamento queiram apresentar uma coisa assim ao público», disse Klaus a propósito do diploma na segunda-feira.

Contudo, ele não esclareceu qual a sua posição final sobre o diploma, afirmando que ainda tem até à próxima quinta-feira para decidir.

«Seria um tremendo – e talvez o maior – erro de Klaus, que demonstraria a sua falta de abertura», afirmou o Primeiro-Ministro Jiri Paroubek (do partido Social Democrata, CSSD, maioritário na coligação governamental) ao *Lidove noviny* ontem, reagindo à posição de Klaus.

«Acredito firmemente que isso não irá acontecer», disse ele.

Klaus manifestou, repetidamente, reservas acerca da legislação destinada a reconhecer legalmente as uniões de pessoas do mesmo sexo

Klaus manifestou a sua discordância com o diploma em Fevereiro último, quando ele foi debatido na Câmara dos Deputados, a câmara baixa do Parlamento checo.

«Considero o casamento uma instituição tradicional de um tipo. Eles que organizem as suas relações de qualquer forma. Mas eu estou totalmente contra misturar isto com a família e o casamento», afirmou na altura Klaus.

Se ele promulgar a lei, a República Checa será o primeiro país pós-comunista e o 13.º país europeu a aceitar as uniões homossexuais.

Apoiantes do diploma afirmam que ele tornará a vida dos casais homossexuais mais fácil nos contactos com as autoridades. Os opositores afirmam que ele ameaça a manutenção da família heterossexual.

O diploma define os termos em que podem ser celebradas e dissolvidas as uniões, que serão mencionadas nos bilhetes de identidade.

O diploma confere aos companheiros o direito a serem informados sobre o estado de saúde dos seus companheiros e o direito a herdarem nos mesmos termos previstos para os casais unidos pelo matrimónio.

O diploma impõe igualmente a obrigação de pagar alimentos e permite que os companheiros homossexuais eduquem crianças, mas não lhes permite adoptá-las.

República Checa: Klaus rejeita pedido do Primeiro Ministro para que apoie as uniões homossexuais

Fonte: *Czech Happenings*, 12 de Fevereiro de 2006,
www.ceskenoviny.cz/news/index_view.php?id=172480

O presidente Vaclav Klaus rejeita o pedido do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek (Socialistas Democratas, CSSD), que lhe pediu que promulgasse o diploma sobre uniões registadas homossexuais, afirma Klaus numa declaração hoje entregue à CTK pelo seu porta-voz, Petr Hajek.

Klaus afirmou que o diploma não tem nada que ver com a liberdade das minorias, que Paroubek tinha referido. O diploma é «uma tentativa para legalizar a desintegração das instituições tradicionais em que esta sociedade se baseia», disse Klaus.

Ao mesmo tempo, Klaus disse que Paroubek não deveria dar-lhe lições em matéria de liberdade.

«O Primeiro-Ministro não tem qualquer autoridade para me ensinar, a mim ou aos cidadãos do nosso país, o que significa a liberdade. Com a sua carta, Paroubek apenas pretende arrastar-me para a sua campanha eleitoral, o que eu rejeito categoricamente», afirmou Klaus na sua declaração.

De acordo com Klaus, Paroubek está a tentar criar a ilusão de que o debate sobre as uniões registadas está relacionado com a liberdade e a sua limitação.

«Este diploma não tem nada que ver com a liberdade», disse Klaus, acrescentando que iria responder à carta de Paroubek depois de regressar a casa vindo dos Jogos Olímpicos de Turim.

Paroubek afirmou na carta que enviou a Klaus na sexta-feira que o objectivo do diploma sobre uniões homossexuais não é criar uma instituição similar ao casamento, mas proporcionar o necessário enquadramento legal para a coabitação permanente entre companheiros do mesmo sexo e para a regulação das suas relações.

Contudo, Klaus já tinha ditto que o diploma iria ajudar os homossexuais a adquirirem injustificadamente certos privilégios.

Para além de Paroubek também o vice-presidente do partido Democrata Cívico (ODS), na Oposição, e presidente da Câmara de Praga, Pavel Bem, exortou Klaus, presidente honorários do ODS, a promulgar o diploma sobre uniões registadas. O deputado e ministro-sombra dos negócios estrangeiros, Jan Zahradil, está igualmente contra as opiniões de Klaus sobre o diploma.

Após longa disputa o diploma sobre uniões registadas foi aprovado por ambas as câmaras do parlamento. Se Klaus o enviar novamente à Câmara dos Deputados para reapreciação será necessário o apoio de pelo menos 101 deputados para que a câmara, que tem 200 assentos, possa ultrapassar o veto. Não será fácil obter esse apoio.

Em Dezembro, o diploma foi aprovado por 86 dos 147 deputados presentes. A maior parte dos deputados do ODS e todos os deputados do partido minoritário da coligação de governo, os Democratas Cristãos (KDU-CSL) votaram contra o projecto, enquanto que a esmagadora maioria dos deputados Sociais Democratas, da União pela Liberdade (US.DEU) e a maior parte dos comunistas (KSCM) votaram a favor.

Irlanda: Acordo de Sexta-Feira Santa exige reconhecimento das relações homossexuais

Fonte: www.gcn.ie/content/templates/newsupdate.aspx?articleid=491&zoneid=9,
23 de Janeiro de 2006

A Autoridade para a Igualdade publicou hoje um relatório onde afirma que a igualdade de tratamento para os casais de lésbicas e de gays é abrangido pelas disposições do «Acordo de Sexta-feira Santa» sobre a «equivalência dos direitos humanos».

O Acordo de Sexta-feira Santa, aprovado pela maioria da população da ilha da Irlanda, inclui disposições destinadas a assegurar a «equivalência dos direitos humanos» tanto no Norte como no Sul.

O relatório conclui que o Acordo de Sexta Feira Santa exige que o governo irlandês «equilibre» os direitos a Norte a Sul, reconhecendo, na República, as relações entre pessoas do mesmo sexo em termos equivalentes aos resultantes das disposições da Lei sobre as Uniões Civis aplicável no Norte.

«Esta é uma excelente oportunidade para que o Governo irlandês vá para além da simples equivalência com o Norte e recupere a liderança em matéria de direitos humanos que tinha adquirido com a aprovação da legislação sobre igualdade. Ele pode fazê-lo tornando-se o sexto país do mundo a permitir o acesso ao casamento civil para os casais de pessoas do mesmo sexo em condições de plena igualdade», afirma Eoin Collins, Director do Gabinete de Estudos Legislativos da GLEN.

Finlândia: Governo admite autorizar tratamentos de fertilidade para mulheres solteiras e lésbicas

Fonte: *Helsingin Sanomat*, 11 de Fevereiro de 2006,
www.hs.fi/english/article/Government+would+permit+fertility+treatment+for+single+and+lesbian+wom+en/1135218708964

O Governo finlandês resolver apoiar, na quinta-feira, um projecto de lei sobre tratamentos de fertilidade, mantendo inalterado o texto que havia sido apresentado pela Ministra da Justiça Leena Luhtanen (SDP). A decisão do Governo foi tomada após votação.

A proposta de lei não toma em consideração a situação familiar das mulheres que recebem tratamento. Isto significa que os tratamentos poderiam ser disponibilizados tanto às mulheres que sejam solteiras como às mulheres que vivam com outra pessoa do mesmo sexo.

A questão não foi pacífica no governo. Dois ministros do Partido do Centro, o Ministro do Comércio e Indústria Mauri Pekkarinen, e o Ministro da Agricultura e Florestas, Juha Korkeaoja, abandonaram a reunião antes de o assunto ser tratado.

«Sirvo como Ministro há sete anos e nunca faltei deliberadamente a nenhuma reunião nem me absteve de qualquer votação. Posso afirmar que isto não é um evento quotidiano», disse Pekkarinen mais tarde.

Ele acrescentou que gostaria que tivesse havido uma análise mais profunda quanto a certos aspectos da proposta de lei. Pekkarinen e Korkeaoja apresentarão os seus pontos de vista quando o diploma for apreciado no Parlamento.

O Ministro para as Regiões e Autarquias Locais, Hannes Manninen, propôs que os tratamentos de fertilidade por razões médicas fossem permitidos apenas para «casais constituídos por uma mulher e um homem».

A proposta de Manninen foi rejeitada por 9 votos contra 3. Para além do próprio Manninen, votaram a favor da proposta os Ministros da Defesa, Seppo Kääriäinen (Centro), e da Administração Interna, Kari Rajamäki (SDP).

De acordo com a proposta, uma criança originada a partir de esperma ou óvulos doados teriam direito a conhecer a identidade do doador quando alcançassem os 18 anos.

Ulla-Maj Wideroos, a Vice-Ministra das Finanças, propôs que a informação deveria ser disponibilizada aos 15 anos de idade, mas a proposta foi rejeitada por 11 votos contra 1.

Desde os anos 80 do século passado que houve algumas tentativas para regular legislativamente a questão dos tratamentos de fertilidade. A questão mais controversa consiste em saber se os tratamentos devem ser disponibilizados apenas aos casais heterossexuais ou se devem ser disponibilizados a todas as mulheres.

O diploma irá ser apresentado ao Parlamento na próxima semana.

A maior parte dos países europeus tem legislação sobre os tratamentos de fertilidade.

Considerou-se que a Finlândia necessitava de legislação nesta matéria de modo a assegurar os direitos das crianças e dos dadores de esperma e óvulos.

NOTÍCIAS BREVES:

IGLYO procura membros para as suas equipas coordenadoras nos domínios da transsexualidade, HIV/SIDA e comunicação

Pela IGLYO

No nosso trabalho destinado a fortalecer a rede da IGLYO decidimos começar a trabalhar com equipas coordenadoras. Em resultado do progressivo aumento da carga de trabalho e da expansão da sua rede, a IGLYO concluiu que para alcançar os seus objectivos seria necessária uma alteração na sua estrutura interna e na abordagem estratégica ao seu trabalho. As equipas coordenadoras serão responsáveis por desencadear a expansão estratégica do trabalho em diferentes áreas de actuação. Esta estrutura irá aumentar o envolvimento dos jovens nos processos de decisão da IGLYO, bem como contribuir para a maior visibilidade dos jovens LGBT na Europa. Inicialmente serão criadas cinco equipas coordenadoras, de modo a permitir maior atenção às seguintes áreas de interesse:

1. Questões relativas aos transsexuais
2. HIV/SIDA
3. Comunicação
4. Questões relativas às mulheres
5. Exclusão Social

O texto integral do convite está disponível no nosso website:

www.ilga-europe.org/europe/news/iglyo_seeks_new_members_for_steering_teams

Convite à apresentação de propostas – Projecto de Investigação

Fonte: www.equalityni.org

A Autoridade para a Igualdade e a Comissão para a Igualdade da Irlanda do Norte emitem conjuntamente um convite à apresentação de propostas para um novo projecto de investigação subordinado ao tema: «Permitir às Pessoas Lésbicas, Gays e Bissexuais o Acesso aos Seus Direitos à Luz da Legislação sobre Igualdade». Detalhes podem ser encontrados no seguinte *website*:

www.equalityni.org/whatsnew/newslst.cfm?catid=1.

Convite à apresentação de comunicações: Conferência «Heteronormatividade e Homossexualidades. Investigação baseada no trabalho de Michael Pollak»

Por *Rainer Bartel*

Data: 9 - 11 de Novembro de 2006.

Local: Universidade Johannes Kepler em Linz, Altenbergerstrasse 69, A-4040 Linz, Áustria.

Organizadores: Homosexuelle Initiative Linz (HOSI Linz), Instituto para a Investigação das Questões Relativas às Mulheres e ao Género da Universidade Johannes Kepler de Linz, Instituto de Sociologia da Universidade Johannes Kepler de Linz.

Objectivos: Análise de vários aspectos das formas de vida lésbicas e gays, e de outras formas de vida não heterossexuais, no contexto de um enquadramento apto para a dissecação crítica do conceito de heteronormatividade como um princípio estruturante da sociedade; Reflexão sobre o trabalho de Michael Pollak no domínio dos estudos gays e de política sexual. Ele estudou sociologia em Linz, Áustria; Discutir perspectivas para o desenvolvimento de uma rede de investigação; Preparar conclusões, a partir dos resultados da conferência, para a agenda política e cultural.

Organização: O prazo limite impreterível para a apresentação de sumários ou trabalhos exclusivamente por *e-mail* é 14 de Março de 2006.

Mail to: rainer.bartel@jku.at

As decisões da Comissão Científica quanto à apresentação de trabalhos e ao programa da conferência serão publicadas em 24 de Abril de 2006.

Mais informação em: www.hosilinz.at/pollak

Primeira Conferência sobre SIDA da Europa de Leste e da Ásia Central

Por *Bertil Lindblad*

Nos dias 15 a 17 de Maio de 2006 será realizada, em Moscovo, a primeira Conferência sobre SIDA da Europa de Leste e da Ásia Central. A Conferência, que deverá reunir cerca de 1500 participantes, proporciona uma oportunidade única para políticos, investigadores, representantes da sociedade civil e pessoas que vivem com o HIV na Europa do Leste e Ásia Central trocaram experiências e estabelecerem novas parcerias com vista a enfrentarem as características específicas do HIV/SIDA na região.

É crucial assegurar uma participação forte e equilibrada de representantes de governos, da comunidade científica e da sociedade civil. Junto encontrará informação sobre a conferência em inglês e em russo. Por favor, partilhe esta informação com os seus colegas e parceiros em toda a região. Poderá igualmente pensar em disponibilizar a informação sobre a conferência no seu *website*, incluindo uma ligação para o *website* da conferência, www.eecaac2006.org (totalmente funcional desde 15 de Fevereiro 2006).

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 128 (Fevereiro de 2006) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

Abreviaturas comumente utilizadas no texto: *UE* – União Europeia; *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);